



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Secretaria Geral Parlamentar  
Secretaria de Documentação  
Equipe de Documentação do Legislativo

### **JUSTIFICATIVA - PL 0575/2021**

A transição da ditadura civil-militar de 1964 para o regime democrático não obistou a reiteração, na história contemporânea do Brasil, de graves violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado.

Em São Paulo, este início de processo de democratização foi maculado, ainda em 1981, pela chacina no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, quando policiais da Rota mataram 6 internos e um funcionário.

Alguns dos agentes envolvidos neste episódio, 11 anos mais tarde, participaram do Massacre do Carandiru, em 02 de outubro de 1992. Chacina mais conhecida da história do país, policiais militares assassinaram 111 detentos sob o pretexto de conter uma rebelião no Pavilhão 9 da Casa de Detenção. Os policiais julgados e condenados, alguns a até 600 anos de prisão, tiveram a sentença do júri anulada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e o caso ainda hoje não tem qualquer resolução.

Seis anos depois, em junho de 1998, policiais militares executaram 12 pessoas num bar em Francisco Morato, pelo fato de que uma delas deporia contra um agente da PM envolvido num outro assassinato. Os policiais militares envolvidos foram absolvidos.

Na Baixada Santista, em fevereiro de 1999, 3 jovens foram torturados e assassinados em um mangue por policiais do Comando de Policiamento de Choque. Em novembro do mesmo ano, também na Baixada, 8 adolescentes entre 12 a 16 anos foram executados com tiros na cabeça por policiais militares.

Em agosto de 2004, 7 pessoas em situação de rua morreram com golpes de ferro e pauladas na cabeça no centro da cidade. O caso ficou mundialmente conhecido como o Massacre da Sé. Uma testemunha que presenciou o episódio também foi morta. Embora cinco policiais militares tenham sido acusados de envolvimento, foram soltos e o crime segue impune até hoje.

Entre 12 e 20 de maio do ano de 2006, o número aterrorizante de 564 pessoas (505 civis e 59 policiais) foram assassinadas em cidades do Estado de São Paulo, maior chacina da história, conhecida hoje como Crimes de Maio.

Em abril de 2011, no ABC Paulista, quatro jovens com idade entre 16 e 25 anos foram baleados e mortos quando voltavam de uma lanchonete. Em abril de 2015, 8 membros da torcida Pavilhão 9, do Corinthians, foram executados a tiros na Ponte dos Remédios, no município de São Paulo.

Neste mesmo ano de 2015, novamente o mundo conheceu mais um episódio bárbaro: uma chacina envolvendo policiais militantes e ex-policiais tirou a vida de 17 pessoas, além de outras 6, mortas antes da ação orquestrada, na região metropolitana de São Paulo, nas cidades de Osasco, Barueri, Carapicuíba e Itapevi.

A falta de verdade, memória, justiça e reparação pelos episódios de grave violação de direitos humanos é chaga aberta da transição incompleta do regime ditatorial à democracia. Há uma convicção tática de impunidade e falta de tratamento institucional para que estas ações bárbaras cessem e a escalada de violência seja interrompida neste país, onde as forças de segurança pública mais assassinam pessoas no mundo.

Em 2020, o número de mortos pela PM em São Paulo foi recorde desde o início da série histórica, de acordo com dados da própria Corregedoria da PM; policiais dos batalhões da região metropolitana mataram 70% mais.

O desrespeito à vida humana como prática institucional ceifa a existência das vítimas, geralmente jovens negros, mas também condena familiares ao estigma, à exclusão social e econômica e, não raro, ao adoecimento e à morte pela somatização das violências, além da interdição do luto como processo de elaboração psíquica. Depressão, ansiedade, pânico, estresse pós-traumático, hipertensão, distúrbios autoimunes, hipertensão, diabetes, são apenas algumas das doenças frequentemente resultantes do sofrimento do luto de mães e familiares.

A existência de um Centro voltado à atenção integrada às vítimas diretas e indiretas da violência praticada por agentes públicos é urgente e impositiva, e tem sua importância ainda reforçada hoje. Por um lado, atuará como mitigação de uma drástica realidade que acomete um número cada vez mais alarmante de cidadãos; por outro, será parte da prevenção e combate à violência policial, para a promoção da defesa da vida, da dignidade humana, do combate às profundas e fatais desigualdades raciais e sociais no país. Sobretudo, atuará como mecanismo de defesa de valores democráticos que se realizem como prática institucional, de modo que não se esqueça e não se esgarce a chaga aberta que os anos sombrios de ditadura civil-militar e a sequência de chacinas contra jovens negros na nossa imatura democracia ainda provocam na história brasileira.

Por isso, diante da relevância da matéria, nossa expectativa é de colaboração do Egrégio Plenário para que este projeto seja aprovado."

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 03/09/2021, p. 84

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br).